

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo 2

Juliano Del Gobo
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Juliano Del Gobo

(Organizador)

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo 2 [recurso eletrônico]
/ Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto
Contemporâneo; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-017-9

DOI 10.22533/at.ed.179181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as PsicoLOGIAS contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A TOXICOMANIA COMO EFEITO PARADOXAL DO DISCURSO CAPITALISTA	
<i>Luma de Oliveira</i>	
<i>João Luiz Leitão Paravidini</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819121	
CAPÍTULO 2	12
PERCEPÇÃO DOS FAMILIARES SOBRE SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO DA DEPENDÊNCIA QUÍMICA E NO TRATAMENTO E RECUPERAÇÃO	
<i>Suzel Alves Goulart</i>	
<i>Cibele Alves Chapadeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819122	
CAPÍTULO 3	25
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ERA INFORMACIONAL	
<i>Pedro Cardoso Alves</i>	
<i>Ana Lúcia Galinkin</i>	
<i>José Carlos Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819123	
CAPÍTULO 4	44
A TEORIA PROSPECTIVA E SUA INFLUÊNCIA NO PROCESSO DE TOMADA DE DECISÕES FINANCEIRAS	
<i>Carolina Leão Giollo</i>	
<i>Ricardo de Queiroz Machado</i>	
<i>Edilei Rodrigues de Lames</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819124	
CAPÍTULO 5	61
ASSIMETRIAS NA APRENDIZAGEM VERIFICADAS NA AVALIAÇÃO DO PISA SOB A ÓTICA DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA	
<i>Magner Miranda de Souza</i>	
<i>Cláudio Educado Resende Alves</i>	
<i>Maria Ignez Costa Moreira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819125	
CAPÍTULO 6	76
REGRAS EMOCIONAIS: UM ESTUDO CORRELACIONAL COM TRABALHO EMOCIONAL E BURNOUT ENTRE TRABALHADORES EM SAÚDE	
<i>Rui Maia Diamantino</i>	
<i>Laila de Carvalho Vasconcelos</i>	
<i>Rosemilly Rafele Santos da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819126	
CAPÍTULO 7	97
PSICOLOGIA CRÍTICA E ESTÁGIO EM POLÍTICAS PÚBLICAS – UM FAZERRESISTENTE	
<i>Giulia Ribeiro Limongi</i>	
<i>Kueyla de Andrade Bitencourt</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1791819127	

CAPÍTULO 8 100

COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA E A EVASÃO ESCOLAR DA ADOLESCENTE-MÃE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO-MS

Sandra Regina Rocha de Lima
Cláudia Elizabete da Costa Moraes Mondini

DOI 10.22533/at.ed.1791819128

CAPÍTULO 9 124

O DESENVOLVIMENTO DO PODER DE AGIR EM PROFISSIONAIS DO PROGRAMA CONSULTÓRIO NA RUA: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Daniel Rangel Curvo
Francinaldo Do Monte Pinto

DOI 10.22533/at.ed.1791819129

CAPÍTULO 10 139

PRODUÇÃO DE SAÚDE E PARTICIPAÇÃO COM USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTO-JUVENIL

Luciana Vieira Caliman
Janaína Mariano César
Victoria Bragatto Rangel Pianca
Alana Araújo Corrêa Simões
Anita Nogueira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.17918191210

CAPÍTULO 11 150

DESAFIOS DA ATUAÇÃO DE PSICÓLOGOS (AS) NA ATENÇÃO A PESSOAS COM IDEAÇÃO E/OU TENTATIVA DE SUICÍDIO

Priscila Moura
Maria Lucia Pereira
Flávia Sallum
Alessandra Viana

DOI 10.22533/at.ed.17918191211

CAPÍTULO 12 159

OFICINA PSICOSSOCIAL COMO PRÁTICA DE PREVENÇÃO AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Claudenilde Lopes dos Santos
Gabriel William Lopes
Amailson Sandro de Barros

DOI 10.22533/at.ed.17918191212

CAPÍTULO 13 170

ADOLESCENTES ACOLHIDAS E SEUS AFETOS: O QUE TEMOS COM ISSO?

Laura Ferreira Lago
Eduardo Augusto Tomanik

DOI 10.22533/at.ed.17918191213

CAPÍTULO 14 181

O PROJETO AVANÇO DO JOVEM NA APRENDIZAGEM E A REALIDADE DOCENTE

Maicon Alves Garcia
Aldenor Batista da Silva Junior
Sonia da Cunha Urt

DOI 10.22533/at.ed.17918191214

CAPÍTULO 15..... 196

QUANDO TRABALHAR É BRINCAR JUNTO: RECORTES DE UMA PESQUISA-INTERVENÇÃO NA CASA DOS CATAVENTOS

Ricardo André Cecchin

Rosemarie Gartner Tschiedel

DOI 10.22533/at.ed.17918191215

CAPÍTULO 16..... 212

O COLETIVO UERJ NAS SUAS MÚLTIPLAS REDES DE (RES)EXISTÊNCIA

Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo

Iaponira Oliveira dos Santos

Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira

DOI 10.22533/at.ed.17918191216

CAPÍTULO 17 224

SCHADENFREUDE E ESTEREÓTIPOS: OS LIMITES ENTRE ENDO E EXOGRUPOS

Ícaro Cerqueira

Marianne Cunha

Saulo Almeida

Vanessa Andrade

DOI 10.22533/at.ed.17918191217

SOBRE O ORGANIZADOR 232

CAPÍTULO 8

COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA E A EVASÃO ESCOLAR DA ADOLESCENTE-MÃE NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO-MS

Sandra Regina Rocha de Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Corumbá-MS

Cláudia Elizabete da Costa Moraes Mondini

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Corumbá-MS

RESUMO: Ao considerar que a gestação precoce pode influenciar nos processos de desenvolvimento físico, psicológico e social da adolescente e também pode ser uma agravante para a evasão escolar, essa questão foi analisada em uma unidade escolar municipal situada na cidade de Ladário - MS. Objetivou-se, com este estudo promover o empoderamento e a elaboração de novos projetos de vida, a partir de uma concepção emancipadora de educação a fim de prevenir a evasão escolar da adolescente-mãe. A metodologia empregada foi o materialismo histórico e dialético, foram sujeitos da pesquisa cinco adolescentes da escola que apresentou o maior índice de alunas mães/gestantes matriculadas. Este trabalho é uma pesquisa social, caracterizada por um estudo descritivo de abordagem qualitativa, do tipo pesquisa-ação. A análise dos dados obtidos consistiu na investigação de categorias de conteúdo observadas na pesquisa, sendo: o contexto sócio-histórico, sexualidade, prevenção, ser

mãe adolescente, conhecimentos de Direitos e continuação nos estudos. Os resultados apontam que as adolescentes da classe trabalhadora apresentam uma materialidade diferenciada diante da gravidez em comparação às adolescentes da classe dominante e que estão mais vulneráveis à evasão escolar ou mesmo à queda do seu rendimento, à gravidez recorrente e que para evitar a gestação na adolescência e também a evasão escolar (durante e após a gestação), as políticas públicas tem que funcionar em rede, imbricadas e sem pré-conceitos. Torna-se indispensável uma ação escolar que contemple a educação sexual, conforme orientações nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e discussões sobre gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Gravidez na Adolescência, Direitos, Empoderamento.

ABSTRACT: Considering that early gestation can influence the physical, psychological and social development of the adolescent and may also be an aggravating factor for school dropout, this question was analyzed in a municipal school unit located in the city of Ladário - MS. The objective of this study was to promote the empowerment and the elaboration of new life projects, from an emancipating conception of education in order to prevent school drop-out of the adolescent mother. The methodology

used was historical and dialectical materialism, five adolescents of the school were the subjects of the study that presented the highest number of female students / mothers enrolled. This work is a social research, characterized by a descriptive study of a qualitative, research-action type. The analysis of the data obtained consisted in the investigation of categories of content observed in the research, being: socio-historical context, sexuality, prevention, being adolescent mother, knowledge of Rights and continuation in the studies. The results indicate that the working class adolescents present a differentiated materiality in relation to pregnancy in comparison to the adolescents of the ruling class and who are more vulnerable to school dropout or even to the drop in their income, to recurrent pregnancy and to avoid teenage gestation and also school dropout (during and after gestation), public policies have to function in networks, imbricated and without preconceptions. There is a need for a school action that contemplates sex education, according to guidelines in the National Curriculum Parameters (PCNs) and discussions on gender.

KEYWORDS: Pregnancy Adolescence, Rights, Empowerment

1 | INTRODUÇÃO

O presente estudo, buscou realizar um levantamento do número de adolescentes mães e gestantes, das escolas de Educação Básica no município de Ladário - MS, e com isso estabeleceu como foco uma unidade escolar cujo índice de adolescentes grávidas ou mães foi mais significativo. E a partir dos dados, o objetivo foi de promover uma intervenção que proporcionasse o empoderamento e a elaboração de novos projetos de vida, a partir de uma concepção emancipadora de educação evitando a evasão escolar, e assim, dando orientação sobre os direitos que dão o respaldo para que continuem seus estudos durante o período de licença gestante com o interesse de evitar a evasão escolar após o término desse período. Promovendo, também, a reflexão da adolescente mãe que a partir dos conhecimentos adquiridos podem ter condições de elaborar um projeto de vida, utilizando-se da Educação como um instrumento de transformação para o crescimento de sua vida pessoal e profissional.

2 | FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A adolescência e a concepção sócio-histórica

Segundo o Estatuto da Criança de Adolescente (Lei nº 8069 /90), em seu artigo 2º, considera-se criança o indivíduo até 12 anos incompletos e adolescente o indivíduo com 12 anos completos aos 18 anos. Só pelo fato da adolescente estar grávida ou ser mãe, e no caso de ser pai adolescente, não significa que deixa de ser adolescente (BRASIL, 1990).

Quando se estuda a adolescência na abordagem sócio histórica, não cabe a pergunta “o que é a adolescência?” E sim, como que este período de desenvolvimento se constituiu. Nessa abordagem só se entende os fatos, verificando-se na totalidade, como foi inserido e o que lhe dá significado, em suma para buscar a resposta para “o que é adolescência” para a sócio histórica, tem que pesquisar e entender o seu desenvolvimento dentro da constituição histórica em que foi produzida (BOCK, 2007, pg.68).

Analisando a questão da concepção da adolescência partindo do princípio de que o ser humano é constituído a partir do contexto sócio histórico ao qual está inserido e não segundo a naturalização do fenômeno “adolescência” como é caracterizado no modelo biomédico. Leontiev (1978, p.313) corrobora que não é a idade que irá afirmar que a criança está saindo de uma fase para entrar em outra e sim a conjuntura histórica real em que ela vive que exercerá uma ação no desenvolvimento do indivíduo como um todo, também no desenvolvimento psíquico.

Para todos que estudam a temática psicanalítica, Aberastury e Knobel influenciaram e são referências para pesquisas, evidenciando ainda que esse período pode ser contraditório, doloroso e confuso, sendo concebido anteriormente como uma “patologia” por causa de sinais e sintomas biológicos e psicológicos.

Na perspectiva biomédica a fase da adolescência é regularmente vinculada à idade cronológica e ao desenvolvimento físico, porém no sentido holístico, o ideal é englobar o desenvolvimento tanto físico como sociocultural assim como o desenvolvimento psicológico. Por isso a necessidade de respeitar a colaboração de pesquisadores de outras áreas, fazendo esse movimento dialético de conhecimento para uma práxis mais elaborada e reflexiva, visando à desconstrução da “patologização” da adolescência (MARTINS; TRINDADE; ALMEIDA, 2003).

Quando pensamos na adolescência como resultado do contexto histórico em que este jovem foi formado, as teorias psicológicas que naturalizam e patologizam as atitudes de um adolescente ficam fragmentados porque rejeitam as características históricas e sociais que constituem a adolescência, e a partir disso, é importante compreender a conjuntura subjetiva no qual, esta criança e adolescente, foi constituída como sujeitos que possuem significados internalizados em relação ao meio em que vive.

No estudo da perspectiva predominante neste trabalho a adolescência não é uma fase natural e sim de características que decorrem das relações sociais, no qual ainda em contraponto fundem-se suas características pessoais e corporais, que estão em transição biológica.

É importante frisar que o subjetivo não é igual ao social. Há um trabalho de construção realizado pelo indivíduo e há um mundo psíquico de origem social, mas que possui uma dinâmica e uma estrutura própria. Esse mundo psíquico está constituído por configurações pessoais, nas quais significações e afetos se mesclam para dar um sentido às experiências do indivíduo. Os elementos desse mundo psíquico vêm do mundo social (atividades do homem e linguagem), mas

Essa formação do indivíduo que se dá em uma relação dialética com a realidade social, sem que sua constituição, no plano individual, ocorra como um ajuste no plano social/ plano individual, e sim como resultado de um movimento de configuração, no qual indivíduo e sociedade não possuem uma relação similar entre si, mas sim de um constituindo o outro (AGUIAR E OZELLA, 2003).

A adolescência, no contexto sócio-econômico em que vivemos, é vista como um período construído para se preparar para o ingresso no mercado de trabalho, e tudo é voltado para isso. Se observarmos um/uma adolescente de 15 anos da classe social dominante, é muito diferente de um/uma adolescente, da mesma idade, da classe social dominada, em questão de vivências sociais onde o/a “adolescente burguês/esa” é criado/a com o aval de que “para ser tem quer ter”, e o/a “adolescente proletariado” é criado/a “para ser com o que tem para sobreviver”

2.2 Compromisso da Educação com o/a adolescente e a educação sexual como tema transversal na escola

Um dos principais documentos mundiais a Declaração de Jomtien vai dizer que todos – criança, jovem ou adulto – devem ter meios de se beneficiar das oportunidades educativas que correspondam às suas necessidades fundamentais para aprender. Abrangendo tanto as ferramentas básicas da aprendizagem que são a leitura, a escrita, o cálculo e solução de problemas, quanto os conteúdos importantes para se aprender, como conhecimentos, valores, habilidades e atitudes, que são essenciais para que todos sobrevivam e desenvolvam seus talentos para viverem, buscando a melhora da qualidade de vida, tomando decisões embasadas e sempre em constante aprendizado (MENEZES E SANTOS, 2001).

O Marco de Ação de Dakar (2000), em suma, reforça o compromisso de assegurar as necessidades educacionais; melhorar em 50% a alfabetização de adultos até 2015; assegurar a qualidade da educação para todos; atender as necessidades básicas de aprendizagem; diminuir pela metade, a pobreza mundial, dentre outros.

Reafirmamos a visão da Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), apoiada pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, de que toda criança, jovem ou adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar sua sociedade (UNESCO E CONSED, 2001, p.8).

É obrigação do Estado que nenhuma criança e o/a adolescente deixe de ir à escola e deve ser um fator a ser priorizado para que ocorra um crescimento na

qualidade de vida dos cidadãos no futuro, e essa preocupação com a educação no sentido mais amplo possível, envolvendo a escola e a família, tem que se concretizar na sociedade.

E uma das situações, em que mais tem causado a evasão escolar, no caso entre as adolescentes, é a gestação na adolescência. A necessidade de trabalhar nas escolas, em ambos os gêneros, a educação sexual, não deve ser vista como algo “imoral”, mas sim, partindo da visão da promoção e prevenção à saúde, na busca de reduzir os índices de maternidade precoce, que conseqüentemente, na maioria dos casos, causa evasão escolar.

Os assuntos referentes ao tema de Orientação Sexual, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) são definidos por temas transversais, englobando os aspectos biológicos, sociais, psicológicos e culturais.

A palavra “transversal” tem os significados [...que corta, que atravessa...linha que corta ou que atravessa outra linha ou um plano...] As questões relacionadas aos Temas Transversais têm que ser consideradas pelas matérias tradicionais de maneira que as temáticas e seus objetivos sejam explicados e contextualizados.

Por exemplo, na área de Ciências Naturais, ao ensinar sobre o corpo humano, incluem-se os principais órgãos e funções do aparelho reprodutor masculino e do feminino, relacionando seu amadurecimento às mudanças no corpo e no comportamento de meninos e meninas durante a puberdade e respeitando as diferenças individuais. Dessa forma o estudo do corpo humano não se restringe à dimensão biológica, mas coloca esse conhecimento a serviço da compreensão da diferença de gênero (conteúdo de Orientação Sexual) e do respeito à diferença (conteúdo de Ética) (BRASIL, 1997, p.36).

Preconiza-se três eixos norteadores para a intervenção do professor: Corpo Humano, Relações de Gênero e Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis/ AIDS.

Na escola, a Orientação Sexual tem que ocorrer como uma intervenção pedagógica, tanto individual quanto coletivamente, informando e problematizando os assuntos ligados à sexualidade, como valores, tabus, crenças e pensamentos que estão interligados a essa temática, levando em consideração os aspectos sociológicos, fisiológicos e psicológicos da sexualidade, viabilizando o debate de pontos de vista diferentes sem recriminação e preconceito.

A questão não é só transmitir informações, e sim, fazer com que a orientação sexual seja compreendida não só para prevenção de gestações não planejadas e da proteção de doenças sexualmente transmissíveis, mas também para que possam a partir do que foi lhes apresentado, transformar na sua constituição como um ser, que podem obter através do exercício de sua sexualidade, uma fonte de prazer para si e para outro ser, aprendendo também, a respeitar e aceitar o que ambos, querem vivenciar nesse momento de descobertas.

O conjunto de práticas e condutas dos papéis sexuais que se esperam do

indivíduo, tem correlação com padrões culturais consoantes com o gênero, e esses papéis sofrem mudanças, segundo a época, localização e grupo social, podendo ocorrer dentro da mesma cultura, e em relação aos papéis de gênero, associam-se os estereótipos, que continuam em reprodução na educação, tanto pelos pais ou por instituições, com isso, podem acarretar aos adolescentes, a obrigação de se “encaixar” nesses papéis, gerando-lhes conflitos de identidade (BARROS, 2002).

A educação em sexualidade com adolescentes tem sido discutida e justificada pelo modelo biomédico, com base na naturalização da adolescência, referindo-se como uma fase de crises e ebulição hormonal, que fazem que os adolescentes sejam vistos como os mais propensos aos riscos de DSTs e gestações não planejadas, e adiante, sendo também uma questão de saúde pública (CARVALHO *et al.*, 2005).

2.3 Gravidez na adolescência e os direitos da adolescente-mãe

A gravidez na adolescência é constantemente alvo de pesquisas e preocupação governamental pois é considerada um problema de saúde pública por conta de risco à saúde das adolescentes grávidas e de seus filhos. Mas nem sempre essa foi uma preocupação do Estado e sim, uma condição social consequente do patriarcado, o qual é uma ferramenta social do modo de produção vigente, o capitalismo.

Até a década de 1940, era “natural” a gravidez na adolescência, uma vez que as meninas se casavam e reproduziam-se após alguns anos da menarca, isto é, na adolescência. Aquelas que não se casavam até os 18 anos eram consideradas “tias”. Com o desenvolvimento do conhecimento médico, sociológico e psicológico, bem como a complexificação do mercado de trabalho nas sociedades industrializadas, a gravidez na adolescência constitui-se como fator de risco, porque compromete a inserção social do adolescente, bem como a qualidade de vida do binômio mãe x filho e as condições de nascimento e de vida futura dos recém-nascidos (Kahhale, 2003 p.95).

Os índices de gravidez precoce, nos dados brasileiros, são maiores na população de adolescente de menor renda, na qual verifica-se as prováveis consequências como abandono precipitado dos estudos, e sem contar em relação aos riscos biológicos pois uma gestação precoce é de risco tanto para a mãe quanto para o feto/bebê que está em desenvolvimento (COTRIM *et al.*, 2000).

É relevante a realização de uma pesquisa neste tema porque a decorrência de uma gestação na adolescência gera acontecimentos que causarão mais impactos na vida das mães-adolescentes do que nos pais-adolescentes. A responsabilidade dos cuidados e tudo o mais fica a cargo dessa mãe que terá toda a sua rotina alterada desde a gestação e o pai, sendo adolescente ou não, por conta de todo um contexto histórico-social se sente como um ser “a parte” nesse processo deixando por conta da mãe toda a responsabilidade nos cuidados, e nas situações de abandono, a responsabilidade financeira do sustento dela e do bebê, recaem sobre ela ou sobre

seus familiares.

É importante que todos os indivíduos tenham o conhecimento dos seus direitos, para assim, desempenharem seus papéis como sujeitos conscientes na busca pela melhoria da qualidade de vida em todos os aspectos, a partir do que lhes é de direito por lei, e na maioria dos casos, o cumprimento dessa lei passa despercebido por falta do saber.

Cito nesta pesquisa, alguns direitos pertinentes ao público-alvo, como o direito ao acompanhante na hora do parto, garantido na Lei n.º 11.108/2005 (BRASIL, 2005). No caso das adolescentes, deveria contar com a possibilidade da presença também da mãe da mesma, tendo em vista o suporte emocional e confiança estabelecidos.

São direitos em relação a adolescente estudante, o ‘regime de exceção’ que é amparado pela Lei Federal 6.202, de 17 de abril de 1975, que consiste em relação aos alunos que merecem um tratamento especial quando estão ausentes das salas de aula por algum motivo de licença médica e no caso da adolescente mãe, ela pode a partir do 8º mês seguidos de mais três meses, estar em licença-maternidade, e é direito ter, para compensar as faltas, exercícios em casa com o acompanhamento da própria escola (BRASIL, 1975).

É direito, não só para as adolescentes-mães, mas para todas as mães que precisam colocar seus filhos na creche para ter um apoio na continuidade dos estudos ou para irem trabalhar, que consta no art. 208, no IV parágrafo da Constituição Federal em que o Estado deve garantir: “IV – educação infantil em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade” (BRASIL, 1988).

2.4 Psicologia e Compromisso Social: a Psicologia como fonte de empoderamento e de elaboração de projetos de vida

Segundo Baquero (2012), o empoderamento é “[...] um termo anglicano que significa obtenção, alargamento ou reforço de poder”, e em muitas áreas do conhecimento, como da Sociologia, Educação e Ciência Política, esse sentido da palavra empoderamento é utilizado como um instrumento de várias organizações e de setores da sociedade. E a autora continua, e explica que o empoderamento, quando mencionado na condição individual, diz respeito a capacidade de, através do conhecimento, ter o manejo de reconhecer o que é melhor para si, conquistando o poder de ser influente nas deliberações de sua própria vida.

É como uma ação social, o empoderamento, caracteriza-se pela conscientização sobre os direitos sociais e civis, e a partir dessa conscientização, a emancipação pode acontecer para quebrar as “dominações” existentes na vida do indivíduo, e com isso, mostrar que é possível escolher fazer o que quiser com a sua vida, mas sem esquecer que nesse processo emancipatório, deve existir responsabilidade sobre as consequências e respeito ao próximo. (MAIA E SILVA, 2016). E para ser apreendido

pelo indivíduo, o empoderamento, deve vir por “...uma educação, que lhe propiciasse a reflexão sobre seu próprio poder de refletir e que tivesse sua instrumentalidade, por isso mesmo, no desenvolvimento desse poder, na explicitação de suas potencialidades, de que decorreria sua capacidade de opção” (FREIRE, 1967, p. 57).

Segundo Urt (2000 apud Basmage, 2012) se a psicologia, como ciência, se comprometer a desvendar o aparente e a mostrar o real, ela pode ser um instrumento de transformação, baseando-se no método histórico dialético, muito utilizado quando o modelo teórico concebe o homem com um ser histórico-social.

O conhecimento na teoria materialista histórica é o que resulta na práxis e pela práxis, na qual se realiza pela junção de dois fatores que em unidade colaboram no processo do conhecimento: a teoria e a ação (FRIGOTTO, 2000). Em suma, o materialismo histórico dialético enquanto práxis leva a um pensar teórico já vislumbrando a ação para transformar, e é nesse pressuposto que foquei minha estratégia nessa pesquisa de campo, para que o público-alvo através do conhecimento adquirido de seus direitos, pudessem refletir e agir na transformação da realidade social em que estão inseridas, valendo-se do seu direito à educação, praticando, conseqüentemente o empoderamento para que possam ser, protagonistas de suas vidas.

Considerando um psicólogo atuando em uma escola, ainda existem dificuldades nas relações com os profissionais da educação (diretores, coordenadores e professores) por causa de intervenções feitas na instituição, mesmo que identifiquem que a psicologia tem contribuído para a compreensão dos processos educativos (BASMAGE, 2012).

Concordo com Silva e Carvalhaes (2016) sobre a importância do(a) psicólogo(a) em relação as construções de mudanças no espaço onde atua, ser um agente de transformação habilitado para auxiliar, no caso, os adolescentes a compreenderem que são sujeitos portadores de direitos. Os autores, também enfatizam, que a psicologia é o fruto de movimentos realizados pelos seus profissionais que se dispõem a conhecer outras possibilidades de vida sem estabelecer, de início, padrões patológicos e moralistas, que prejudiquem o modo crítico e parcial de produzir várias perspectivas de análises e intervenções pertinentes à construção do bem-estar social do sujeito. E assim, os adolescentes, podem criticamente, saber o que é o melhor para si mesmos sem desrespeitar o outro.

O psicólogo, junto a outros profissionais, vem atuando tanto na organização das ações de Políticas Públicas como na sua implementação em diversos meios: abrigos, escolas, sistema de saúde, entidades de medidas sócio-educativas, inclusão social e educativa (SILVEIRA *et al.*, 2007, p.38).

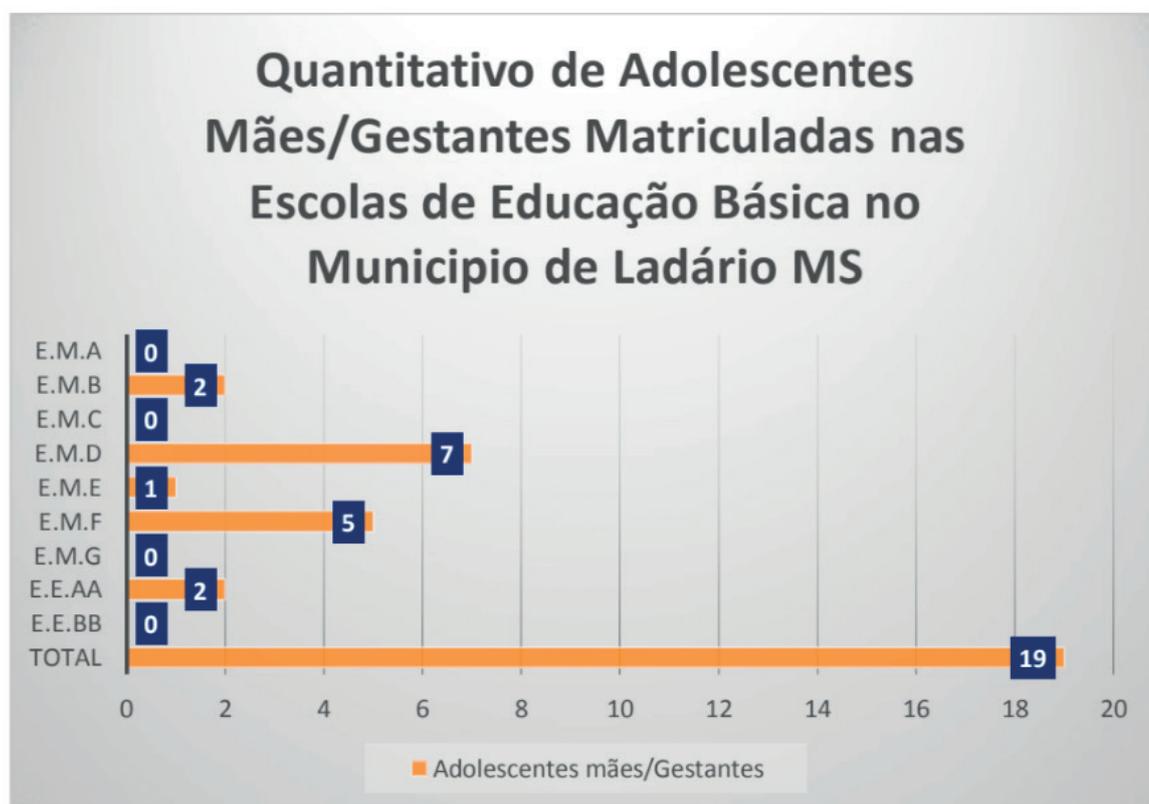
Para fomentar a conscientização da prevenção, é importante que aconteçam estratégias que abordem temas como sexualidade, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez, observando os aspectos socioeconômicos e culturais em que estão inseridos os adolescentes para que as informações façam sentido em

relação à realidade em que vivem (MANFRÉ *et al.*, 2010).

É papel de todos os envolvidos no ambiente escolar, orientar debates, elaborar atividades significativas e práticas que realmente transformem a informação em conhecimento, considerando os alunos em suas vivências, dúvidas, medos e anseios, preservando a sua subjetividade.

3 | CAMINHO METODOLÓGICO

A estratégia para a realização desta pesquisa de campo com intervenção aconteceu a partir dos dados coletados por meio de um levantamento nas escolas em relação ao número de alunas matriculadas de 12 a 17 anos e 11 meses, na educação básica do município de Ladário.



Fonte: Elaborado pela autora.

A Escola D que teve o maior número de adolescentes-mães e gestantes. Esse trabalho se dividiu em dois momentos: levantamento de dados e pesquisa-ação. Segundo Thiollent (1986, p.16),

Nesta perspectiva, é necessário definir com precisão: de um lado qual é a ação quais são os seus agentes, seus objetivos e obstáculos e, por outro lado, qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação.

A investigação cumpriu com o exigido, quando é feita uma pesquisa com seres humanos. Os responsáveis pelas alunas adolescentes mães e gestantes que aceitaram participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde constavam detalhadamente o objetivo da pesquisa e a natureza do estudo, a sua divulgação e a possibilidade de recusarem a participar em qualquer momento do estudo se assim o desejassem. Os nomes das escolas estão em sigilo por motivos éticos. Em seguida a coleta de dados teve continuidade com a aplicação de um questionário semi-estruturado com uma pergunta aberta, recurso áudio-visual, rodas de conversas e observações.

A presente pesquisa contou com a participação de 5 alunas-mães, sendo 4 (quatro) do período matutino e 1(uma) do vespertino. Elas estão entre as idades de 13 a 17 anos. Tem 2 (duas) alunas gestantes mas não participaram da pesquisa pois estavam em licença-médica e após terem o bebê estavam em regime de excessão. Para melhor compreensão do leitor e mantendo o sigilo, as alunas-mães estão identificadas nesta leitura por nomes de pedras preciosas: Pérola Negra (16 anos), Ruby (16 anos), Esmeralda (16 anos), Jaspe (17 anos) e Pérola (13 anos).

Os questionários foram aplicados no mês de setembro, e os encontros decorreram até o mês de novembro, a princípio nas quartas-feiras às 08 horas. Mas no decorrer da pesquisa, quando as participantes faltavam no dia do encontro, depois eu comparecia, dentro da minha disponibilidade de horário, nos dias seguintes para poder encontrar com alguma participante e verificar com a escola se tinha a disponibilidade de liberá-la para podermos dar seguimento ao trabalho de pesquisa.

Foram realizados, o total de 9 (nove) encontros, sendo que nem todas estavam presentes, e quando tinha somente uma participante, era feito uma escuta, que é um instrumento essencial da psicologia para obter riqueza de detalhes e fortalecimento de vínculo. Nesse processo ficou evidente o movimento dialético do conhecimento crítico tanto pelo pesquisado quanto pelo pesquisador. Segundo Severino (2017, p.33) “só se aprende ciência, praticando a ciência; só se pratica a ciência, praticando a pesquisa e só se pratica a pesquisa, trabalhando o conhecimento a partir das fontes apropriadas a cada tipo de objetivo”.

Essa pesquisa foi realizada a partir da perspectiva materialista histórico dialético, fazendo uso de análises qualitativas e quantitativas, sendo que o qualitativo se apresenta por meio de coleta de dados, que foram realizados através de questionário, debates e observações. O materialismo histórico dialético é acompanhado de suas categorias metodológicas próprias, e nesta pesquisa, a elaboração da relação com o objeto de investigação se deu a partir de duas categorias: mediação e contradição.

No contexto escolar, a mediação tem uma duplicidade de preparar os agentes que serão a continuação para o capitalismo se manter (mão-de-obra e especialistas) e de “mascarar” a realidade que consiste nas relações sociais, e ainda por cima, a escola mostra o “esquema capitalista” quando revela as relações de poder, compartilhando

um saber que poderá transformar novas perspectivas de vida na sociedade (CURY, 1995).

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens, não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa se que deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987, p.38).

E em relação a contradição, de acordo com Cury (1995) é evidente que no processo educativo, a difusão do saber vira um instrumento que pode ser usado contra o próprio sistema capitalista causando a sua transformação, e o profissional escolar tem um papel relevante, direcionando e organizando o nascer de uma consciência crítica que pode superar essa organização. Porque para existir um “sim” já existiu antes um “não” e vice-versa.

Mas nem todos os profissionais assumem esse papel transformador, ou por falta de conscientização, ou por causa do “exército de reserva” estar disponível a todo momento para substituir os que se rebelam ao sistema econômico vigente.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta dos dados obtidos, foi ficando claro na pesquisa, as categorias a serem estabelecidas a fim de analisar conteúdos específicos pertinentes aos objetivos propostos nesse trabalho. Ficou estabelecido os temas: contexto sócio-histórico, sexualidade, ser mãe adolescente, conhecimento dos direitos e continuação dos estudos. Acontecendo assim, um movimento dialético e crítico, de apreensão de conhecimentos, tanto do participante da pesquisa quanto do pesquisador. No caso do pesquisador, de um certo modo, ele tem que ‘esquecer’ do espaço social de onde veio e se colocar no lugar do outro, e essa proximidade com os interlocutores é uma qualidade útil para a análise dos dados qualitativos de uma pesquisa (MINAYO, 2012).

Segue abaixo, a descrição das adolescentes mães, participantes desta pesquisa:

Pérola Negra – 16 anos, tem um bebê de 8 meses na creche, fez o pré-natal, tirou dúvidas com amigas sobre sexo, perdeu a virgindade com 14 ou 15 anos (não recorda com exatidão), estava com um ano de namoro, ele teve a iniciativa da relação sexual, não foi planejada a 1ª vez, não se preveniu na 1ª vez, tinha conhecimento de métodos, como: camisinha, anticoncepcional, injeção e DIU. Já passou pela experiência de querer se prevenir e o parceiro não. Atualmente, sem parceiro sexual.

Ruby – 16 anos, tem duas filhas, uma de 2 anos e a outra de 8 meses que fica com a sogra, pois ela não conseguiu vaga na creche. As duas gestações foram de parto cesárea. Tirou suas dúvidas de sexo com o médico e perdeu a virgindade com 13 anos. O parceiro teve a iniciativa para a relação sexual que não foi planejada e nem

houve prevenção, mesmo conhecendo os métodos anticoncepcionais, como: pílula, injeção e camisinha, e já passou pela experiência de querer se prevenir e o parceiro não. Atualmente, utiliza a injeção anticoncepcional de 3 em 3 meses. Está morando junto com a família do pai de sua segunda filha.

Esmeralda – 16 anos, teve complicação na gestação e o parto foi natural. Seu filho tem 1 ano e como não conseguiu uma vaga na creche, a sua irmã mais velha que tem 3 filhos toma conta dele. Tirou suas dúvidas de sexo com a tia que a criou desde o falecimento de sua mãe quando ela tinha 5 anos. O pai dela abandonou os filhos aos cuidados dos parentes após ficar viúvo. Sua 1ª relação sexual, aos 14 anos, não foi planejada sendo por insistência do parceiro, e se preveniram. Conhecia métodos como a pílula, injeção e camisinha, já passou pela experiência de querer se prevenir e o parceiro não. Atualmente está sem parceiro sexual.

Jaspe – 17 anos, teve complicação na gestação e o seu filho de idade de 1 ano e 6 meses, nasceu de parto cesárea. Sua mãe que cuida do seu filho pois não conseguiu vaga na creche. Tirou dúvidas de sexo com o médico, tinha 14 anos quando teve a sua primeira relação sexual que não foi planejada com a iniciativa do parceiro e não se preveniram mesmo conhecendo os métodos anticoncepcionais: pílula, camisinha, DIU e a pílula do dia seguinte. Já passou pela experiência de querer se prevenir e o parceiro não. Atualmente tem parceiros e relata que utiliza preservativo na relação sexual.

Pérola – 13 anos. Seu filho de 1 ano e 4 meses é o resultado de um abuso sexual sofrido pelo padrasto desde os 09 anos de idade, o qual está foragido desde que fora denunciado, e sua mãe perdeu a guarda, estão Pérola sobre a tutela de sua avó materna após passar um período na Casa de Acolhimento do município de Ladário. Teve complicações na gestação e o parto foi natural. Seu filho tem vaga na creche e sua avó ajuda nos cuidados também. Não conhecia sobre sexo e nem sobre métodos anticoncepcionais. No momento, mesmo sem ela ter parceiro sexual, a sua avó a leva para tomar injeção anticoncepcional no posto de saúde, uma vez por mês.

Contexto sócio-histórico

A infância dessas adolescentes-mães tem algo em comum porque elas são da classe trabalhadora, e suas mães também foram mães na adolescência, e não ficaram com os parceiros que as engravidaram e das 5 adolescentes somente Ruby tem contato com o pai.

Em relação à infância, após um vídeo, que falava da construção da infância e adolescência ao longo dos anos, debatemos em como foi a infância delas e, relataram que viam muita televisão e que também brincavam muito na rua. Jaspe fala que costumava imitar as situações que via na televisão como uma forma de brincadeira, como os beijos que aconteciam nas novelas.

Com isso, percebe-se como os meios de comunicação tem um papel social que

deve ser levado em consideração, porque querendo ou não, as informações difundidas pela mídia acometem em algum momento a concepção de mundo, e de si mesmo, que está sendo construído subjetivamente no ser desta criança/adolescente (OZELLA, 2002). E ainda, de acordo com Nascimento e Andrade (2013, p.131)

Na atualidade, são muitos os estudos que atribuem a alta incidência da gravidez na adolescência ao conjunto de fatores relacionados às mudanças no comportamento sexual e social da população jovem: antecipação da menarca, condições socioeconômicas, menos controle das famílias sobre os adolescentes, intensa exploração da sexualidade pela mídia, dentre outros.

Foi perguntado, em uma roda de conversa, sobre qual a cor/raça que se declaravam, e com exceção de uma que é branca e se declarou assim, as demais se declararam PARDAS. Jaspe é NEGRA, mas declarou-se parda. O sujeito, no Brasil pode ser considerado branco ou indígena ou preto ou oriental, e o grupo racial pardo é composto pelos mestiços, e no caso, o pardo pode dizer que não é de nenhuma das raças citadas por se considerar uma fusão de outras raças, mas geralmente é caracterizado como pardo, o sujeito de genealogia preta miscigenada com outras raças, por isso que alguns pesquisadores, áreas e instituições, como por exemplo, o Movimento Negro e o Instituto Brasileiro de Pesquisa, consideram negro uma categoria política constituída por pretos e pardos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017). E na fala delas, fica visível a não aceitação de suas raças, sendo que de cinco alunas-mães, uma é branca, três de traços indígenas e uma negra, no caso, o grupo de participantes é formado por uma da raça branca e quatro da raça negra.

Sexualidade

As participantes relataram que seus responsáveis não tiveram diálogo referente as dúvidas sobre sexo, por vergonha de serem rechaçadas, não perguntavam para a mãe e nem para ninguém na família. Jaspe respondeu que tirou suas dúvidas com o médico, mas quando indaguei ela ficou tímida para explicar como se deu essa situação. As demais participantes, tiveram suas dúvidas “sanadas” com as amigas e amigos, perto de sua casa ou da escola.

Por isso a importância da escola em proporcionar o conhecimento sobre a sexualidade pois isso está interligado ao exercício da cidadania porque contribui para a compreensão do respeito por si mesmo e pelo outro, e com isso, formam cidadãos conscientes de suas responsabilidades, compreendendo que existe um aspecto saudável na busca do prazer na sexualidade humana, entendendo que é importante que ocorra o consentimento mútuo para desfrutar com prazer dessa experiência (GAVA E JARDIM, 2016).

Relataram que a iniciativa de começar a terem uma vida sexual foi dos parceiros, e todas, disseram que concordaram por medo de ser abandonadas por eles. Isso mostra

a distorção que, para elas existe de afetividade e sexualidade, onde no relacionamento elas estão em busca de uma afetividade que não encontram no ambiente familiar e nisso, no primeiro relacionamento afetivo já se “entregam” mesmo achando que é cedo, mas por conta do medo de perder esse afeto, fazem a vontade do outro, anulando a si mesmas.

Prevenção

Existe uma contradição quando se é perguntado sobre os métodos de prevenção de uma gestação e se utilizam alguns desses métodos. No questionário, 4 das 5 participantes da pesquisa disseram que conheciam os métodos para prevenir uma gestação quando tiveram as relações sexuais, mas que mesmo assim não utilizaram, todas as participantes do período matutino disseram que pensaram que nunca aconteceria uma gestação com elas, até a Ruby que disse que o namorado de 15 anos lhe pedia um filho, dizendo que iria ser um bom pai, que a amava e ela tendo 14 anos, acreditou nessa fala dele. Só uma não conhecia, sendo que a gestação foi fruto de um abuso sexual, no qual ela vinha sendo abusada desde os 10 anos de idade, mesmo tendo menstruado aos 09 anos, só lhe explicaram do processo da menstruação e não sobre a fertilidade.

Existe outra contradição em querer ter uma vida sexual ativa, não querer ter filhos e ao mesmo tempo não se previnem, dizem que pediram ao parceiro para usar a camisinha, mas ele disse que não usaria e mesmo assim, elas tiveram relações sexuais, no caso, conscientes de que poderiam engravidar, mas com o pensamento de que com elas não aconteceriam. Em relação as doenças sexualmente transmissíveis, elas disseram que olhando para o corpo, o físico do parceiro, já sabem se ele possui ou não uma doença transmissível, mas informo para elas que as DST's são doenças silenciosas e nem todas aparecem externamente. Podemos observar a importância de um aconselhamento especializado para a promoção de saúde porque a adolescente é levada a refletir sobre seus atos e consequências, sendo protagonista de sua vida em tudo que diz respeito ao seu bem-estar, e com isso, ocorrerá a reflexão e verbalização de suas dúvidas para assim obter o conhecimento, e identificar as situações de risco para prevenir-se adequadamente (BARROS, 2002).

Trouxe para elas a pergunta: Vocês já ouviram a palavra “Empoderamento”? Elas balançaram a cabeça dizendo que não, mas depois Ruby falou: Algo de poder? E eu disse: Isso!

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação. (FREIRE, 1967, p. 105-106).

E foi dito para elas que o empoderamento é uma atitude que reflete do próprio entendimento do saber que elas são portadoras de direito, como qualquer ser humano, e que no contexto das relações afetivas, devem-se empoderar para não se anularem por causa do parceiro. Foi dado o exemplo, de uma relação sexual onde o parceiro não quer se prevenir, e elas querem se prevenir mas tem receio de insistir com ele para não desagradar o seu parceiro, que naquele momento, é o “amor de sua vida”, então é dito que ela tem o direito de dizer NÃO ao sexo sem proteção, e se ele não aceitar, ela saberá que esse é o “termômetro” para ver se esse relacionamento está sendo saudável para elas, e que, se de repente ocorrer uma gestação indesejada, terão uma noção do que elas podem esperar desse parceiro que só pensa no próprio prazer, alegando que o preservativo é como “chupar papel com bala”.

É preciso conscientizar a adolescente que uma relação a dois não pode ser monopolizada pelo homem, como vem sendo transmitido pela sociedade patriarcal ao longo dos anos, e que a mulher deve ter voz nessa relação, em todos os sentidos, não só na parte sexual. E então, Jaspe diz: “Tem que dizer não mesmo! Aí engravida a menina e mete o pé!”. Como a citação acima, eu espero que com o surgir da compreensão, seja mágica a ação!

E Ruby, relata que o pai de sua primeira filha “não queria nem saber e pegava ela à força! Ele me estuprou várias vezes!” perguntei se ela o denunciou, ela disse que não. E o atual companheiro é compreensivo e quando ela diz que não quer ter relação, ele não insiste.

A seguir, um gráfico que mostra os métodos contraceptivos conhecidos pelas alunas-mães.



Fonte: Elaborado pela autora

Ser mãe adolescente

Esta foi uma expressão a ser completada pelas participantes, no questionário. As respostas estão transcritas com correções ortográficas, logo abaixo.

“É ter muita responsabilidade para poder cuidar dele, amar, cuidar e ensinar” (Pérola Negra, 9º ano, foi mãe aos 15 anos).

“Ter mais responsabilidade para cuidar e desde cedo aprender que criança não espera e não tem culpa” (Ruby, 9º ano, foi mãe aos 14 anos, e aos 16 anos).

“No começo eu senti a complicação porque eu não sabia como criar um filho mais depois minha irmã foi me ajudando. E as coisas foram melhorando” (Esmeralda, 7º ano, foi mãe aos 15 anos).

“Uma pura responsabilidade de vida, amar e ensinar tudo que aprendi de bom” (Jaspe, 9º ano, foi mãe aos 15 anos).

“Não sei explicar”, esta foi a frase dita por Pérola (13 anos, 2º ano, foi mãe aos 11 anos, vítima de abuso sexual pelo padrasto), ela não sabe ler e escrever, então foi realizada a leitura das perguntas e anotada as respostas.

Nos encontros, todas relataram que não queriam ser mães na adolescência, mas ao mesmo tempo não se preveniram. E nessas respostas sobre o que significava ser mãe na adolescência para elas, vêm de encontro, com a verificação de uma pesquisa com mães adolescentes de Munslinger *et al.* (2016) em que o sentido do significado de “cuidar” do filho, relata a vivência de uma relação de prazer, que envolve também o aprendizado e a construção do vínculo entre mãe e filho, passando a constituir na vida delas um sentido para viver e pensarem em um futuro diferente para elas e para os filhos.

Conhecimentos dos direitos

O direito ao acompanhante na hora do parto, garantido na Lei n.º 11.108/2005 (BRASIL, 2005) não foi dado para 4 participantes da pesquisa que foram mães, somente Pérola, que foi mãe aos 12 anos, teve uma acompanhante na hora do parto, que foi a sua avó. Pérola relatou que o parto foi normal, mas que o médico tinha dito que seria parto cesárea porque a gestação em idade precoce é de risco, e não foi assim que ocorreu. Ela disse que a avó dela teve que fazer um escândalo no hospital para que ela pudesse ter atenção na hora do parto. Não tive contato com as adolescentes gestantes para lhes informar desse direito. E outra participante, a Jaspe, que foi mãe aos 15 anos, informou que quando estava em trabalho de parto, ouvia muitas frases das enfermeiras, como: “...na hora que estava fazendo não estava chorando de dor, né?”

Transmiti para as adolescentes mães sobre o direito garantido no art. 208, no IV parágrafo da Constituição Federal em que o Estado deve garantir: “IV – educação

infantil em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;” e uma delas, uma adolescente de 17 anos que tem dois filhos, não conseguiu vaga este ano na creche municipal. Elas desconheciam este direito e demonstraram satisfação em conhecer e indignação por ser, em alguns casos, negado este direito às mães que necessitam estudar e trabalhar e não tem com quem deixar os seus filhos. É também, um direito negado à criança, de poder ter a garantia de uma assistência para o seu desenvolvimento em um sentido mais abrangente.

Ruby teve uma dúvida sobre guarda compartilhada, e no encontro seguinte, foi passado para o seu conhecimento, se por acaso, ela se separar do pai de seu segundo filho, o pai da criança pode requerer a guarda compartilhada pois está no art. 2 da Lei nº 13.058, de 22 dezembro de 2014, onde na guarda compartilhada, o tempo de convívio com os filhos deve ser dividido, equilibradamente com a mãe e com o pai, sempre tendo como prioridade os interesses para o bem-estar dos filhos (BRASIL, 2014).

Continuação dos estudos

Em relação à escola, é unanimidade entre elas que não pensam em parar de estudar até o término do Ensino Médio. Ruby e Esmeralda pensam em cursar uma graduação (a ser definida ainda por elas). Apesar de todas serem faltosas, justificaram que faltam quando não tem com quem deixar o filho porque algumas não conseguiram creche para os seus bebês e quando eles ficam doentes, não gostam de deixar eles com outras pessoas. Esse pensamento, difere de uma pesquisa realizada por Kudlowicz e Kafrouni (2014) que revelou, a partir das adolescentes participantes de uma pesquisa que realizaram, uma indiferença em relação a continuação dos estudos por ter a maternidade como um projeto de vida, e o estudar torna-se quase um projeto inexistente. Considerando que a ação de estudo para um aluno tem um sentido e, para a ação de estudar acontecer, o seu fim deve ter um motivo, e para que o conhecimento adquirido seja significativo para o sujeito, tem que preencher um espaço em sua vida real tendo um sentido, e não porque é imposto por outras pessoas (ASBAHR, 2014).

A fala das participantes, é muito voltada para o bem-estar dos filhos, e nesse sentido revela-se que existe um projeto de crescimento social, porque é a partir da maternidade que elas estão focando no objetivo de querer “ser alguém na vida” a fim de dar um futuro melhor para os filhos (PANTOJA, 2003). Mesmo Pérola, dizendo que “...eu não consigo entender direito as coisas na aula mas eu não quero deixar de vir à escola porque tenho que aprender para ensinar o meu filho!”.

No ambiente da escola D, verifiquei que não é dada a importância necessária para as alunas que estão gestantes ou mães, podem estar considerando-as “sem futuro”. Segundo Mônico (2010) a escola deve ser um suporte para a adolescente gestante ou mãe, no intuito de auxiliá-la a prosseguir no avanço de sua escolaridade, estruturando também um currículo que considere as demandas das alunas-mães, com

temas, por exemplo, em relação à educação dos filhos, família e saúde. Foi perguntado à coordenação quanto ao procedimento, e foi dito que quando faltam e não avisam, a escola entra em contato para saber. Se continuam faltando, é realizada uma busca ativa na residência. E no último caso, o Conselho Tutelar é comunicado.

E durante uma fala, de uma das participantes, foi exposto que ela tem muitas amigas adolescentes que são mães e evadiram-se da escola. E atualmente, têm um termo tem sido usado para os/as adolescentes que estão fora da escola e do mercado de trabalho, são os adolescentes e jovens “Nem-Nem”.

O ‘Nem-Nem’ é aquele jovem que não está no mercado de trabalho e também não tem vínculo com nenhuma instituição de educação. Porém, é importante levar em consideração que o Nem-Nem pode ser aquele indivíduo que está afastado do trabalho ou dos estudos por estarem cuidando dos idosos, doentes ou até crianças. No caso das mulheres, muitas delas, como será dito adiante, deixam de trabalhar para ficar em função dos seus filhos ou de afazeres domésticos (FIGUEIREDO E ALMEIDA, 2017, p.107).

Se é direito de todos à educação, como existem mães adolescentes que estão fora da escola? Elas devem ir a uma unidade básica de saúde fazer acompanhamento de seus filhos, e uma pergunta a ser feita é: Será que os agentes de saúde, na unidade básica, perguntam se elas continuam na escola? Será que quando os agentes comunitários de saúde fazem a visita domiciliar, eles perguntam sobre isso também? E se perguntam e tem a resposta que confirma a evasão escolar, será que essa informação é repassada aos órgãos responsáveis?

Deve ser estabelecido uma comunicação efetiva da escola com a comunidade em que ela está inserida, deve ser uma escola sem fronteiras, e os programas de saúde têm que ter acesso à escola e do mesmo modo, a escola tem que participar dos programas de saúde da comunidade, a escola deve ser um espaço aberto e atrativo para a comunidade em si (MARCONDES, 1972).

Elas expuseram algo relevante, que no ambiente escolar pudesse ter uma sala, com uma monitora, para ficar com seus filhos enquanto elas estão na sala de aula, porque uma das causas das faltas e que, por conseguinte, pode resultar na evasão escolar, é porque acontecem situações em que elas não têm com quem deixar os filhos, das cinco alunas-mães, somente duas conseguiram vaga na creche para seus filhos.

A escola, com o seu sistema educacional, parece não querer ver a importância do seu papel da vida dos alunos, pois a educação é um direito de todos e, é dever do Estado, e não um favor em conceder uma escola que supra as demandas essenciais para o desenvolvimento do cidadão. A escola, em algumas questões parece ter ficado parada no tempo, mas as demandas sociais, estão em um ritmo crescente, em que ela não tem acompanhado.

Segundo Frigotto apud Fazenda (2010), a quebra da lógica dominante é extremamente importante na perspectiva materialista histórico dialético porque o

objetivo é que aconteça uma transformação da realidade social. E com esse norteador a pesquisa vai se configurando e fluindo a partir da compreensão da realidade social em que o público-alvo está inserido. Geralmente, o pesquisador, é instigado pelo interesse de transformar a realidade do objeto estudado utilizando-se do contexto histórico, possibilitando uma interpretação e alteração no curso das atividades (FRANCO, CARMO E MEDEIROS, 2003).

As participantes, no pouco tempo em contato com a psicologia, disseram que se sentiram assistidas, de um modo diferenciado, no ambiente escolar, e elas disseram que seria muito importante as adolescentes que ainda não iniciaram a vida sexual ou que não são mães, para terem acesso ao tema de prevenção de gravidez na adolescência pois, muitas em casa não tem essa abertura, e na escola quando surge esse assunto em alguma disciplina, é passado rapidamente, e elas pontuaram, que com mais esclarecimentos, poderiam acontecer menos casos de gravidez na adolescência, que leva algumas a se evadirem da escola por não ter um suporte familiar que incentiva a continuação dos estudos, como elas disseram que tem, e mesmo assim encontraram dificuldades pra ir à escola.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Devido às limitações deste estudo, restrito a uma pesquisa-ação em nível de graduação, e, por isso, de reduzido alcance e tempo, foi analisado que muitos outros aspectos merecem ainda ser investigados, especialmente no que tange à paternidade na adolescência e do porquê a escola parece não se interessar, quando um aluno/aluna sai do “padrão” esperado e fica como se fosse um ninguém na multidão.

Partindo do princípio de que o sistema educacional é regido pelo contexto socioeconômico vigente, o capitalismo, em que ele é o opressor e os que estão inseridos como “alunos no ensino fundamental” (que é a base da construção no início de aprendizado) são os oprimidos, como se dará uma educação emancipadora, com conhecimento de seus próprios direitos, se com isso eles criariam os aniquiladores do seu sistema opressor vigente? Porque eles sem o conhecimento perpetuam a classe trabalhadora e assim a engrenagem que move o capitalismo não para.

As crianças e os/as adolescentes parecem ser “educados” pelos meios de comunicação, pela “rua”, tendo a sua constituição subjetiva moldada como o sistema quer, a fim de manter a continuação do modo de produção da “coisificação” do homem, como ele é visto no capitalismo, e quando esse “produto” não sai como o esperado para lhes dar lucro, para fazer parte de mais uma peça do proletariado, do exército de reserva, então ele é descartado, ignorado e excluído. É isso que parece acontecer com as alunas-mães, quando dizem que ouvem piadas em relação à sua condição de ser mãe. São vistas, na maioria, como um “produto defeituoso” que o modelo

econômico não tem pretensão em “consertar” porque ele é substituído rapidamente por um produto modelo. E quando esse “produto defeituoso” prossegue no sistema, lutando, vencendo obstáculos, e consegue “vencer na vida”, o capitalismo ainda se vangloria dizendo que “quem quer, vence!”.

Outra questão a ser levada em reflexão para que aconteça uma ação de transformação para que seja executada, realmente, a igualdade de gênero, é desmantelar a construção social do gênero, por exemplo, quando uma mulher ou adolescente engravida, independente do pai ser adolescente ou não, a responsabilidade em relação à criação de um filho e da abdicação da vida social, é vista como se fosse algo inerente ao papel da mulher e não pudesse ter um compartilhamento com o homem. Nesta pesquisa mostrou o peso dessa realidade sobre as adolescentes-mães pois todas tiveram suas vidas transformadas em comparação a vida dos parceiros, que praticamente, continuam a mesma, e sem contar que na gestação elas já sentem o peso do preconceito por ficar explícito em seu corpo as transformações que acontecem e, no homem não muda nada. Não tem como negar, que o patriarcado está explícito na sociedade. Um exemplo é quando, homens e até mulheres que tem filhos homens, dizem: “Segurem as suas cabras que os meus bodes estão soltos”. Em suma, o homem pode ter uma vida afetiva e sexual ativa, à vontade desde na adolescência, ter várias “namoradinhas”, que é considerado viril e com as mulheres, a cartilha vigente é oposta, e a mulher que sai da linha “não presta”.

A Psicologia tem o compromisso social de estar inserida onde tem o ser humano e as suas relações, independentemente de ser criança ou o/a adolescente ou idoso/a. E no caso desta questão da gravidez na adolescência, a psicologia tem que estar engajada, em rede, principalmente no binômio, saúde e educação, atuando nas políticas públicas junto a saúde e educação, para que ocorra a mudança desse quadro social. O sistema capitalista em que vivemos, no qual, se você produz menos ou não produz, você não serve para nada, nem para o exército de reserva e, esse ciclo de mães adolescentes parece se perpetuar, às vezes por questões sócio-históricas que petrificam um avanço no crescimento pessoal e profissional.

O que deve ser difundido para que as transformações sociais ocorram é a educação. Educar para que o homem compreenda que em um relacionamento afetivo, o respeito pelo outro é importante, que não é a vontade dele que deve prevalecer mas um consenso, entre o casal, através do diálogo, entender que o dever de cuidar da vida a dois também é responsabilidade dele, e que isso não é exclusividade da mulher, e que deve se fazer presente na criação de seus filhos, estando morando ou não com a mãe de seu filho, e que pagar a pensão alimentícia não é o suficiente para ter um vínculo afetivo com esse filho. Este entendimento deve ser transmitido pela família e pela escola. Sim! Pela escola! Porque depois do núcleo familiar, a escola é o ambiente social que auxilia na construção e desenvolvimento do ser humano, em todos os aspectos de sua vida, principalmente, nas relações de gênero. E se a família não disseminar esta compreensão do respeito e da empatia pelo outro (independente

do gênero) aos seus filhos, é na escola que as crianças e os/as adolescentes terão a oportunidade de conhecer e colocar em prática, transformando as práticas sociais futuras, visando a efetivação dos Direitos Humanos na sociedade em que vivem.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira et al (Comp.). O sentido subjetivo atribuído à escola profissional: um estudo com jovens de camadas populares. In: OZELLA, Sergio; OZELLA, Sergio (Org.).

Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2003. p. 253-276.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. Sentido pessoal, significado social e atividade de estudo: uma revisão teórica. **Rev. da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 18, n. 2, p.265-272, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/2823/282332471009/> Acesso em: 20 out. 2017.

BAQUERO, Rute Vivian Ângelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/26722/17099> Acesso em: 20 set. 2017.

BARROS, Monalisa Nascimento dos Santos (Comp.). Saúde sexual e reprodutiva. In: MARIA DE LOURDES JEFFERY CONTINI (Brasília). Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas.** Rio de Janeiro: CFP, 2002. p. 46-54.

BASMAGE, Denise de Fátima do Amaral T. (Comp.). Relato de experiência profissional: recortes da trajetória de uma psicóloga. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 14ª REGIÃO MS (Dourados) (Org.). **Saberes, processos e práticas do psicólogo escolar/educacional.** Dourados: UEMS, 2012. p. 119-128.

BOCK, Ana Mercês Bahia. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.63-76, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v11n1/v11n1a07> Acesso em: 05 jul. 2017.

BRASIL. Lei nº 13058, de 22 de dezembro de 2014. Altera Os Arts. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (código Civil), **Para estabelecer o significado da expressão “guarda Compartilhada” e dispor sobre sua aplicação.** Brasília, DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13058.htm Acesso em: 20 out. 2017.

_____. Lei Federal 6.202, de 17 de abril de 1975 (Decreto-lei 1.044, 21 de outubro de 1969). **Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências.** Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6202.htm Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Lei n.º 11.108, de 07 de abril de 2005. **Altera a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para garantir às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm Acesso em: 03 jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental (Ed.). **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais.** Brasília, 1997. 146 p.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil. Artigo 208. 1988 Disponível em: < https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/con1988_08.09.2016/art_208_.asp Acesso em: 20 out. 2017.

CALIL, Maria Izabel. De menino de rua a adolescente: análise sócio-histórica de um processo de ressignificação do sujeito. In: OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 137-166.

CARVALHO, Alysson Massote; RODRIGUES, Cristiano Santos; MEDRADO, Kelma Soares. Oficinas em sexualidade humana com adolescentes. **Estudos de Psicologia** [online] v. 10, n. 3, p.377-384, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v10n3/a06v10n3> Acesso em: 02 out. 2017.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasília). **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas/os. Brasília: CFP, 2017. 147 p.

COTRIM, Beatriz Carlini; CARVALHO, Cynthia Gazal; GOUVEIA, Nelson. Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 34, n. 6, p.636-645, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsp/v34n6/3579.pdf> Acesso em: 01 out. 2017.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e Contradição**: elementos metodológicos para uma teoria do fenômeno educativo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 134 p.

FRANCO, Kaio José Silva Maluf. CARMO, Aline Cristine Ferreira Braga do. MEDEIROS, Josiane Lopes. Pesquisa qualitativa em educação: breves considerações acerca da metodologia materialismo histórico e dialético. **Sapiência: sociedade, saberes e práticas educacionais**, Iporá, v. 2, n. 2, p.91-103, 2013. Disponível em: <http://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/2714/1724> Acesso em: 06 jul. 2017.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. ALMEIDA, Jessika Brenner Soares Araújo de. População nem-nem: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012.

Revista de Estudos Sociais, Cuiabá, v. 19, n. 38, p.106-129, 2017. Disponível em: <http://www.periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942/pdf> Acesso em: 26 nov. 2017.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

UNESCO, CONSED. Educação para Todos: o compromisso de Dakar. **Ação Educativa**, Brasília, 2001.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 69-90.

GAVA, Neuza Cristina; JARDIM, Marcelo Bittencourt. Sexualidade infantil: uma releitura no cotidiano escolar. **Em Foco**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, [online] 05 jan. 2016. Disponível em: <http://educacaopublica.cederj.edu.br/revista/artigos/sexualidade-infantil-uma-releitura-no-cotidiano-escolar> Acesso em: 09 set. 2017.

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. Gravidez na adolescência: orientação materna no pré-natal. In: OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências Construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 91-101.

KUDLOWIEZ, Sara. Gravidez na Adolescência e Construção de um Projeto de Vida. **Psico**, [S.l.],

v. 45, n. 2, p.228-238, 19 ago. 2014. EDIPUCRS. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2014.2.14282> Acesso em: 01 ago. 2017.

KUDLOWIEZ, Sara. **Programa de atendimento à adolescentes grávidas e a construção de um projeto de vida**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: http://tede.utp.br:8080/jspui/bitstream/tede/927/1/PROGRAMADEATENDIMENTO_A_ADOLESCENTES_GRAVIDAS.pdf Acesso em: 05 ago. 2017.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizontes, 1978.

MAIA, Hérgiton Teodomiro Linhares; SILVA, Edvânia Medeiros da. O empoderamento do gênero feminino através da educação escolar numa visão psicanalítica. In: Congresso Nacional de Educação, III, 2016, Natal. **Anais III CONEDU**, [S.I.]: Revista Realize, 2016. v. 1 Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA11_ID3985_05082016083221.pdf Acesso em: 20 ago. 2017.

MANFRÉ, Camila Cristina; QUEIRÓZ, Sara Gomes de; MATTHES, Ângelo do Carmo Silva. Considerações atuais sobre gravidez na adolescência. **R. Bras. Med. Fam. e Comun**, Florianópolis, v. 5, n. 17, p.48-54, 2010. Semestral. Disponível em: <https://www.rbmfc.org.br/rbmfc/article/viewFile/205/155>. Acesso em: 03 set. 2017.

MARTINS, Priscilla de Oliveira. TRINDADE, Zeidi Araújo. ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. O Ter e o Ser: Representações Sociais da Adolescência entre Adolescentes de Inserção Urbana e Rural. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 16, n. 3, p.555-568, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v16n3/v16n3a14.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2017.

MARCONDES, Ruth Sandoval. Educação em saúde na escola. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 6, n. 1, p.89-96, mar. 1972. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/4634/6163> . Acesso em: 01 nov. 2017.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. SANTOS, Thais Helena dos. Verbete Declaração de Jomtien. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira** - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/declaracao-de-jomtien/> . Acesso em: 23 ago. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MÔNICO, Andréia Graziela Ferreira. Gravidez na adolescência e evasão escolar: o que a escola tem a ver com isso?. **Revista Facevv**, Vila Velha, n. 4, p.39-49, 2010. Semestral. Disponível em: <http://facevv.cneec.br/wp-content/uploads/sites/52/2015/10/GRAVIDEZ-NA-ADOLESCÊNCIA-E-EVASÃO-ESCOLAR-O-QUE-A-ESCOLA-TEM-A-VER-COM-ISSO.pdf> Acesso em: 16 nov. 2017.

MUNSLINGER, Ivete Maria et al. A maternidade na perspectiva de mães adolescentes. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 29, n. 3, p. 357-363. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2016.p357> . Acesso em: 23 nov. 2017.

NASCIMENTO, Alana de Sousa; ANDRADE, Andréa Batista de. A atuação da psicologia na atenção básica frente à gravidez na adolescência. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental**, Florianópolis, v. 5, n. 12, p.118-142, 2013. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/cbsm/article/view/1701/3190> Acesso em: 11 nov. 2017.

OZELLA, Sergio (Comp.). Adolescência: Uma perspectiva crítica. In: MARIA DE LOURDES JEFFERY CONTINI (Brasília). Conselho Federal de Psicologia (Org.). **Adolescência e Psicologia: Concepções, práticas e reflexões críticas**. Rio de Janeiro: CFP, 2002. p. 21-22.

OZELLA, Sergio (Org.). **Adolescências construídas: a visão da psicologia sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2003.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/ maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, p.335-343, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000800015&lng=pt&tling=pt Acesso em: 16 out. 2017.

RODRIGUES, Izabel Cristina de Melo (Coord.). **Dicionário Língua Portuguesa**. São Paulo: Rideel, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. A pesquisa na pós-graduação em educação. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 1, n. 1, p.31-49, 2007. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4/4> Acesso em: 06 jul. 2017.

SILVA, Rafael Bianchi. CARVALHAES, Flávia Fernandes de. Psicologia e políticas públicas: impasses e reinvenções. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 28, n. 5, p.247-256, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822016000200247&lng=pt&tling=pt Acesso em: 13 nov. 2017.

SILVEIRA, Andrea Fernanda et al. **Caderno de psicologia e políticas públicas**. Curitiba: Gráfica e Editora Unificado, 2007. Disponível em: <http://www.portal.crppr.org.br/download/161.pdf> Acesso em: 10 nov. 2017.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, Brasília, v. 15, n. 30, p.475-494, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/10969/8406> Acesso em: 01 set. 2017.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-017-9

